



DOMINGO DE MANHÃ

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024**

ADVOGADO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 75 (setenta e cinco) questões;
 - **refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_27/05/2024 11:51:24



LÍNGUA PORTUGUESA**“Vamos meter o pé”**

Por Leandro Prazeres e João da Mata

01 Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura e o cabelo liso e grisalho, preso para
02 trás. O corpo parece frágil, num contraste com as mãos, grossas e fortes da vida na roça nos
03 tempos da juventude. Ela diz viver com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo,
04 advinda da morte do marido, há 21 anos.

05 Ela chegou ___ cidade de Estrela há 30 anos, depois que se casou. Teve quatro filhos ◆ o
06 mais novo é Elizandro, que ainda vive com ela. A casa onde criou a família levou décadas para
07 ficar como ela queria. “Nós tínhamos uma casinha velha, de madeira, que ganhamos da
08 Prefeitura. Nós fomos construindo. Juntamos uns troquinhos daqui e dali e fizemos uma parte
09 da casa, em alvenaria”, contou. “A gente foi botando telhado. O piso, fomos pagando em
10 prestações. Por último ▲ foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira” e, assim,
11 Odila ia descrevendo a casa.

12 O bairro Moinhos, onde a casa está localizada, era habitado, em sua maioria, por
13 trabalhadores de baixa renda, como Odila. ___ ruas eram, inicialmente, cobertas com
14 paralelepípedos, acentuando o ar bucólico do local. As casas eram cercadas por pequenos jardins
15 de grama verde e baixa e, nos últimos anos, a prefeitura asfaltou algumas ruas do local. Elizandro
16 disse ter uma relação especial com a vizinhança: “Ajudei a construir metade dessa vila”, contou
17 com a voz embargada. O bairro já havia sido severamente atingido pela enchente de setembro
18 do ano passado. Na ocasião, o Vale do Taquari também foi afetado e, no total, o Rio Grande do
19 Sul registrou 54 mortes. O trauma de setembro deixou os moradores da região em estado de
20 alerta. “A gente tem medo. O pessoal começou a dizer: ‘Á água está vindo. Á água está vindo’.
21 Aí eu disse ● ‘Vamos meter o pé’”, relembrou Odila. Após a decisão de partir, começou outra
22 fase de angústia. Como sair de um lugar quando todos querem sair ao mesmo tempo?

23 “Quando começou a enchente, nós começamos a reunir as coisas e esperamos o caminhão.
24 Ligamos para os caminhões, mas não tinha mais porque eles não podiam socorrer todo mundo.
25 Estávamos numa aflição porque sabíamos que a água ia tomar conta”, disse ela. Com a ajuda
26 de vizinhos e dos filhos, Odila conseguiu reunir alguns poucos pertences e documentos e foi
27 levada para um abrigo improvisado. Elizandro só chegou no abrigo no dia seguinte, pois tentou
28 ajudar os vizinhos ___ levar móveis para os pisos superiores das casas. Não adiantou. A água
29 encobriu todas as casas, ele contou.

(Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/cj554e3zgmtyo – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- A) Odila é retratada como uma mulher simples que ajudou os vizinhos no momento da enchente.
- B) Os filhos de Odila estão em um abrigo municipal.
- C) O objetivo principal do texto é apresentar Odila e sua família, moradores de Estrela.
- D) O texto menciona outra ocorrência climática anterior à enchente atual.
- E) A casa de Odila é descrita como simples e grande, com jardins de grama verde e baixa.

QUESTÃO 02 – Analise as assertivas a seguir, de acordo com o texto:

- I. O pronome “eles” (l. 24) retoma a palavra “caminhão” (l. 23).
- II. A expressão “A gente” (l. 09) pode indicar um vício de linguagem.
- III. Ao falar “meter o pé”, Odila deu a entender que era preciso sair do seu bairro o mais rápido possível.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Execução: Fundatec

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 03 – Em relação ao acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 05, 13 e 28.

- A) à – Às – a
- B) a – As – à
- C) à – Às – à
- D) a – As – a
- E) à – As – a

QUESTÃO 04 – Os símbolos das linhas 05, 10 e 21 podem ser substituídos, respectivamente, por quais sinais de pontuação?

- A) Vírgula – ponto de exclamação – vírgula.
- B) Ponto e vírgula – vírgula – dois-pontos.
- C) Dois-pontos – ponto e vírgula – ponto-final.
- D) Ponto-final – vírgula – ponto e vírgula.
- E) Travessão – dois-pontos – vírgula.

QUESTÃO 05 – Leia o trecho a seguir, retirado do texto, e assinale a alternativa que apresenta a reescrita correta, mantendo o sentido original e aplicando as normas gramaticais.

“Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura e o cabelo liso e grisalho, preso para trás. O corpo parece frágil, num contraste com as mãos, grossas e fortes da vida na roça nos tempos da juventude. Ela diz viver com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo, advinda da morte do marido, há 21 anos”.

- A) Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura, o cabelo liso e grisalho, este preso para trás. O corpo parece frágil, contrastando com as mãos grossas, um forte da vida na roça nos tempos da juventude. Ela diz que vive com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo advinda da morte do marido há 21 anos.
- B) Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura e o cabelo liso e grisalho é preso para trás. O corpo parece frágil, contrastando com as mãos grossas e fortes da vida na roça nos tempos em que era jovem. Ela diz viver com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo, que resulta da morte do marido, falecido há 21 anos.
- C) Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura e o cabelo liso e grisalho é preso para trás. O corpo parece frágil num contraste, e as mãos são grossas e fortes da vida na roça nesses tempos da juventude. Ela viveu com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo, vinda da morte, do marido, há 21 anos.
- D) Odila tem pouco mais de um metro e meio de altura, e o cabelo está liso e grisalho, mas preso para trás. O corpo parece fraco, num contraste com as mãos grossas e fortes da vida, na roça, nos tempos em que era jovem. Ela diz que vive com a pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo que é porque o seu marido morreu há 21 anos.
- E) Odila tem pouco mais de um metro, e a altura do cabelo, liso e grisalho, preso para trás. O corpo é fraco, num contraste com as mãos grossas e fortes na roça da vida, nos tempos da juventude. Ela diz viver com uma pensão equivalente a pouco mais de um salário mínimo advindo do marido morto há 21 anos.

QUESTÃO 06 – A expressão “uns troquinhos” (l. 08) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, pela expressão:

- A) Um pouco de dinheiro.
- B) Bastante dinheiro.
- C) Um bom salário.
- D) Uns tocos de madeira.
- E) Umas moedas pequenas.

QUESTÃO 07 – Na frase “O bairro já havia sido severamente atingido pela enchente de setembro do ano passado”, retirada do texto, se o termo sublinhado fosse flexionado em sua forma no plural, quantas outras alterações seriam necessárias para manter a correta concordância verbo-nominal?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

QUESTÃO 08 – Leia o trecho a seguir, retirado do texto, e assinale a alternativa que apresenta a melhor reorganização da estrutura de orações e períodos.

“A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria. ‘Nós tínhamos uma casinha velha, de madeira, que ganhamos da Prefeitura. Nós fomos construindo. Juntamos uns troquinhos daqui e dali e fizemos uma parte da casa, em alvenaria’, contou. ‘A gente foi botando telhado. O piso, fomos pagando em prestações. Por último ▲ foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira’, e assim Odila ia descrevendo a casa”.

- A) A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria, tinha uma casinha velha, de madeira, que ganharam da Prefeitura, foram construindo, juntaram uns troquinhos daqui e dali e fizeram uma parte da casa, em alvenaria, contou, a gente foi botando telhado, o piso, foram pagando em prestações, por último, foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira, e assim Odila ia descrevendo a casa.
- B) A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria, tinha uma casinha velha, de madeira, que ganharam da Prefeitura, e foram construindo, juntaram uns troquinhos daqui e dali e fizeram uma parte da casa, em alvenaria, contou. A gente foi botando telhado, o piso, foram pagando em prestações; por último, foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira, e assim Odila ia descrevendo a casa.
- C) A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria. Tinham uma casinha velha, de madeira, que ganharam da Prefeitura, e foram construindo: juntaram uns troquinhos daqui e dali e fizeram uma parte da casa, em alvenaria, contou Odila. Foram colocando o telhado e o piso, pagando em prestações; por último, foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira, e assim Odila ia descrevendo a casa.
- D) A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria. Tinha uma casinha velha, de madeira, que ganharam da Prefeitura, foram construindo, juntaram uns troquinhos daqui e dali e fizeram uma parte da casa, em alvenaria, contou, e a gente foi botando telhado, o piso, foram pagando as prestações, por último: foi feita uma área numa parte para fora, com churrasqueira e assim Odila ia descrevendo a casa.
- E) A casa onde criou a família levou décadas para ficar como ela queria. Tínhamos uma casinha velha, de madeira, que ganharam da Prefeitura, foi construída, e juntaram uns troquinhos daqui e dali e fizeram uma parte da casa, em alvenaria, contou que a gente foi botando telhado, o piso, foram pagando em prestações. Por último foi feita uma área numa parte para fora com churrasqueira, e assim Odila ia descrevendo a casa.

QUESTÃO 09 – Qual das alternativas abaixo apresenta uma frase com a correta colocação do pronome átono?

- A) Quero vê-la amanhã na palestra.
- B) Não esqueça-se de levar o dinheiro para o táxi.
- C) Me empreste o vestido que você comprou ontem.
- D) Espero que tragam-me boas notícias.
- E) Eles chamarão-nos quando a discussão começar.

QUESTÃO 10 – Leia o trecho a seguir, retirado do texto, e assinale a alternativa que apresenta uma análise correta sobre a estrutura morfossintática do período e o emprego das classes das palavras.

“O bairro Moinhos, onde a casa está localizada, era habitado, em sua maioria, por trabalhadores de baixa renda, como Odila. ___ ruas eram, inicialmente, cobertas com paralelepípedos, acentuando o ar bucólico do local. As casas eram cercadas por pequenos jardins de grama verde e baixa e, nos últimos anos, a prefeitura asfaltou algumas ruas do local. Elizandro disse ter uma relação especial com a vizinhança: ‘Ajudei a construir metade dessa vila’, contou com a voz embargada”.

- A) O período é predominantemente composto por orações coordenadas sindéticas, destacando a transformação urbana do bairro ao longo dos anos, com o uso de adjetivos para descrever o ambiente.
- B) Predominam no texto as orações subordinadas substantivas, que descrevem a mudança na estrutura urbana do bairro, com o uso de advérbios para detalhar as transformações.
- C) O texto é composto por orações coordenadas assindéticas, com o uso de verbos de ação para descrever as atividades de Elizandro na vizinhança.
- D) O período é formado por orações subordinadas adjetivas explicativas, enfatizando as características dos jardins do bairro Moinhos e a relação de Elizandro com os vizinhos.
- E) A estrutura do texto apresenta adjuntos adverbiais, com o uso de adjetivos para caracterizar o bairro e as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

QUESTÃO 11 – Sobre as normas gramaticais da Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo:

- I. As palavras “recém-casado” e “mal-sucedido” estão corretas quanto à utilização do hífen.
- II. O acento gráfico em “pé” se dá pela regra das oxítonas.
- III. A palavra “íris” é acentuada conforma a regra das paroxítonas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 12 – Em qual das frases abaixo o tempo e o modo verbal estão empregados corretamente?

- A) Se ele estudasse mais, teria passado no concurso.
- B) Quando eu vejo Luísa, ficarei feliz.
- C) Ela gostaria que você venha ao aniversário.
- D) Se chover amanhã, nós vamos cancelar a ida à praia.
- E) Espero que vocês chegaram a tempo.

QUESTÃO 13 – Analise as assertivas abaixo sobre os expedientes oficiais:

- I. Uma das finalidades dos expedientes oficiais é a comunicação interna por meio de memorandos.
- II. Esses documentos garantem que informações, decisões, instruções, solicitações e demais atos administrativos sejam transmitidos de forma clara, precisa e padronizada.
- III. O ofício é utilizado para comunicações formais entre órgãos e autoridades, e sua estrutura conta com cabeçalho, vocativo, corpo do texto, fecho e assinatura.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 14 – Analise a linguagem e o formato do exemplo abaixo e assinale a alternativa que corresponde ao nome do documento.

[Nome do documento] nº 123/2024

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Capacitação Continuada para os servidores do órgão.

Art. 2º Este(a) [nome do documento] entra em vigor na data de sua publicação.

[Nome/Assinatura]

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

- A) Relatório.
- B) Memorando.
- C) Ata.
- D) Portaria.
- E) Despacho.

QUESTÃO 15 – Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Redação Oficial.

- A) Deve ser impessoal, evitando impressões subjetivas ou opiniões pessoais.
- B) Utiliza-se uma linguagem conotativa e expressões coloquiais.
- C) Na Redação Oficial, o uso de frases curtas e construção direta (sujeito, verbo, complemento) ajuda a evitar ambiguidades.
- D) Os documentos oficiais têm estrutura padrão.
- E) O texto do documento deve ser dividido em introdução (apresentação do assunto), desenvolvimento (exposição detalhada) e conclusão (proposta ou solicitação de ação).

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ADMINISTRATIVA E ESPECÍFICA DO SIMAE/SC

QUESTÃO 16 – Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os conceitos da legislação sobre dados pessoais às suas descrições.

Coluna 1

1. Dado pessoal sensível.
2. Dado anonimizado.
3. Banco de dados.
4. Titular.

Coluna 2

- () Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- () Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- () Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- () Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3 – 4.
- B) 1 – 3 – 4 – 2.
- C) 2 – 4 – 3 – 1.
- D) 3 – 4 – 2 – 1.
- E) 4 – 1 – 2 – 3.

QUESTÃO 17 – De acordo com a LGPD, relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os princípios do art. 6º da referida Lei às suas descrições.

Coluna 1

1. Finalidade.
2. Adequação.
3. Necessidade.
4. Livre acesso.

Coluna 2

- () Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- () Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- () Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
- () Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3 – 4.
- B) 1 – 3 – 4 – 2.
- C) 2 – 4 – 3 – 1.
- D) 3 – 4 – 2 – 1.
- E) 4 – 1 – 2 – 3.

QUESTÃO 18 – Segundo a LGPD, são competências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):

- I. Zelar pela proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação.
- II. Zelar pela observância dos segredos comercial e industrial, observada a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º da LGPD.
- III. Elaborar diretrizes para o instituto de governança de dados e privacidade.
- IV. Fiscalizar e, através de um órgão regulador específico, aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, assegurando o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso mediante processo administrativo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19 – Conforme a Lei de Acesso à Informação e da Transparência, relacione Coluna 1 à Coluna 2, associando as definições previstas no art. 4º às suas descrições.

Coluna 1

1. Autenticidade.
2. Integridade.
3. Disponibilidade.

Coluna 2

- () Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- () Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- () Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3.
- B) 1 – 3 – 2.
- C) 2 – 1 – 3.
- D) 3 – 2 – 1.
- E) 3 – 1 – 2.

QUESTÃO 20 – De acordo com a Lei de Acesso à Informação e da Transparência, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, em até quantos dias o interessado pode interpor recurso contra a decisão, a contar da sua ciência?

- A) 5.
- B) 7.
- C) 10.
- D) 15.
- E) 20.

QUESTÃO 21 – Conforme a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, assinale a alternativa que melhor define um de seus objetivos.

- A) Garantir o desenvolvimento local integrado ao regional e ao nacional, sem prejuízo ao meio ambiente.
- B) Promover políticas de controle social e segurança pública rigorosas.
- C) Centralizar o poder nas mãos do governo municipal.
- D) Priorizar exclusivamente o setor industrial e econômico.
- E) Desenvolver tecnologias de vigilância em massa.

QUESTÃO 22 – Segundo a Lei de Acesso à Informação e da Transparência, art. 6º, cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar diversas responsabilidades relacionadas à gestão da informação. Entre essas responsabilidades estão as citadas abaixo, EXCETO:

- A) Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- B) Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- C) Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- D) Desenvolvimento de tecnologias para a interceptação de comunicações pessoais sem necessidade de autorização judicial.
- E) Observância das normas e procedimentos específicos aplicáveis na gestão da informação.

QUESTÃO 23 – De acordo com a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, o controle interno, a ser exercido pela Administração direta ou indireta municipal, deve abranger:

- I. O controle da execução do orçamento municipal e dos contratos jurídicos análogos.
- II. A verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem na arrecadação de receitas e na realização de despesas.
- III. A verificação da regularidade e contabilização de outros atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações.
- IV. A verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e de responsáveis por bens e valores públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e III.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24 – Segundo a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, pronunciar-se sobre questões relevantes de interesse do Município compete ao(s):

- A) Presidentes das Entidades de Classe.
- B) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- C) Representantes das Cooperativas.
- D) Ministério Público.
- E) Conselho do Município.

QUESTÃO 25 – Conforme a Lei Complementar nº 193/2010, §1º, quem tem a responsabilidade de designar e destituir o diretor-presidente do Simae e qual é o critério para a nova designação?

- A) Apenas o prefeito de Joaçaba – deve ser um servidor comissionado.
- B) Apenas o Prefeito de Herval d'Oeste – deve ser um servidor concursado de qualquer órgão municipal.
- C) Os prefeitos dos Municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em ato conjunto – deve ser um servidor estável do Simae.
- D) Os Prefeitos dos Municípios de Joaçaba e Luzerna, em decisão majoritária – deve ser um servidor comissionado do Simae.
- E) Os Prefeitos dos Municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em ato conjunto – deve ser um servidor com experiência mínima de 10 anos no Simae.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26 – O ordenamento jurídico brasileiro prevê como regra a prévia licitação como forma de garantir à Administração a maior vantagem em suas contratações. Devem ser observados, entre outros, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Todavia, em casos excepcionais, há a possibilidade de contratação direta. As hipóteses de contratação direta podem ser agrupadas, basicamente, em duas categorias. Há as hipóteses de inexigibilidade e há os casos de dispensa de licitação. Sobre a contratação direta prevista na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos termos da Lei, é inexigível a licitação nos casos de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- B) É inexigível a licitação quando for inviável a disputa entre particulares pelo contrato. Havendo viabilidade de disputa, é obrigatória a licitação, excetuados os casos de “dispensa” autorizados por lei.
- C) São requisitos da inexigibilidade de licitação para a aquisição ou locação de imóvel a avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.
- D) Nos termos da Lei, é inexigível a licitação nos casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, tais como a restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
- E) Nas contratações diretas indevidas ocorridas com dolo, fraude ou erro grosseiro, o agente público responsável responderá pelo dano causado ao erário, e o contratado responderá subsidiariamente, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

QUESTÃO 27 – A Administração Pública pode se organizar de forma direta e indireta para o desempenho de suas atividades. Nesse sentido, analise as assertivas a seguir:

- I. A Administração Direta compreende a estrutura da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dotados de personalidade jurídica própria.
- II. As autarquias são entidades da Administração Indireta que têm autonomia administrativa, financeira e patrimonial, podendo ser criadas por lei ou decreto.
- III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são exemplos de pessoas jurídicas de direito privado, criadas para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividades econômicas.
- IV. As empresas públicas e as sociedades de economia mista compõem a Administração Indireta e exigem lei específica autorizando sua instituição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 28 – Quanto aos poderes e deveres dos administradores públicos, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O poder hierárquico é aquele que permite à Administração Pública avocar atribuições originariamente conferidas ao órgão ou agente autônomo, contanto que não haja competência exclusiva determinada por lei a este último.
- () O poder de polícia confere à Administração, em caso de infrações funcionais, a capacidade de aplicar sanções aos seus servidores, como advertências, suspensões e demissões.
- () O poder regulamentar é a prerrogativa da Administração Pública de editar normas que complementam as leis, visando melhor execução e eficácia.
- () O poder de disciplinar é a competência da Administração para controlar a legalidade dos atos administrativos e evitar excessos por parte da Administração Pública.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F.
- B) V – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) F – F – V – F.
- E) F – V – F – V.

QUESTÃO 29 – O servidor público A foi designado para elaborar pareceres técnicos no âmbito de seu órgão. Insatisfeito com a designação, o servidor opõe resistência injustificada ao andamento de processos sob sua responsabilidade, com potencial para causar lesão aos cofres públicos, visto que do seu serviço dependem diversas contratações públicas do órgão. Seu superior hierárquico, o servidor público B, compreendendo as insatisfações, resolve cometer a outra pessoa, estranha à repartição, o desempenho da atribuição delegada ao seu subordinado, a fim de prezar pela eficiência do serviço público. Considerando que os servidores públicos respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade penal do indivíduo B abrangerá as possíveis contravenções e crimes imputados a ele, na qualidade de servidor.
- B) Detectada a responsabilidade do servidor B, as possíveis sanções civis, penais e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente.
- C) Se houver danos a terceiros, responderá o servidor A perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- D) A responsabilidade criminal do servidor A será afastada no caso de absolvição administrativa que negue a existência do fato ou sua autoria.
- E) A responsabilidade civil-administrativa do servidor B poderá resultar tanto do ato omissivo quanto do ato comissivo praticado no desempenho do seu cargo.

QUESTÃO 30 – A Lei nº 12.846/2013 reforça todo o arcabouço legal que define crimes, atos de improbidade e infrações administrativas praticados contra a Administração Pública. O normativo disciplina especificamente os ilícitos praticados por pessoas jurídicas contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. Sobre o processo de responsabilização previsto na Lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos casos em que se aplica a descon sideração da personalidade jurídica, são estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas aos administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- B) É vedada a subdelegação da competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
- C) A situação econômica do infrator e a vantagem pretendida por ele são fatores levados em consideração na aplicação das sanções.
- D) As organizações públicas internacionais também podem ser punidas se praticarem atos previstos como lesivos na lei.
- E) Subsiste a responsabilidade dos administradores e sócios na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

QUESTÃO 31 – Em virtude de recentes notícias midiáticas sobre possíveis atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos, o Ministério Público instaurou procedimento investigatório para apurar condutas suspeitas. Durante as investigações, foram identificados indícios de que um servidor público teria doado a uma entidade filantrópica de fins educativos valores do patrimônio do município. Considerando os dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- A) No caso concreto, o servidor praticou ato previsto em lei que causa lesão ao erário. Nos termos da Lei, se comprovada a responsabilidade, estará sujeito a perder a sua função pública, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- B) No caso concreto, o servidor praticou ato previsto em lei como enriquecimento ilícito. Nos termos da Lei, se comprovada a responsabilidade, estará sujeito a perder a sua função pública, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- C) No caso concreto, o servidor praticou ato que atenta contra os princípios da Administração Pública. Nos termos da Lei, se comprovada a responsabilidade, estará sujeito a pagar multa civil, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- D) No caso concreto, o servidor praticou ato previsto em lei como enriquecimento ilícito. Nos termos da Lei, se comprovada a responsabilidade, estará sujeito à suspensão dos seus direitos políticos, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- E) No caso concreto, o servidor praticou ato previsto em lei que causa lesão ao erário. Nos termos da Lei, se comprovada a responsabilidade, estará sujeito à perda dos seus direitos políticos, que pode ser aplicada isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.

QUESTÃO 32 – No atual Estado Democrático de Direito, o processo administrativo constitui-se como uma forma de ultrapassar a atuação estatal autoritária. Ademais, por meio dele, a Administração Pública garante aos administrados a ampla defesa, o contraditório e a segurança jurídica, indispensáveis à concretização dos direitos fundamentais no âmbito público. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Administração Pública deve indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam sua decisão, sob pena de violação ao princípio da motivação.
- B) A Administração Pública deve indicar a adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, sob pena de violação ao princípio da proporcionalidade.
- C) A Administração Pública deve interpretar a norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, sob pena de violação ao princípio da impessoalidade.
- D) A Administração Pública deve impulsionar, de ofício, o processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados, sob pena de violação ao princípio da eficiência.
- E) A Administração Pública deve adotar formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, sob pena de violação ao princípio da publicidade.

QUESTÃO 33 – O dever-poder genérico de controle _____ alcança toda e qualquer autoridade administrativa, relativamente a todo e qualquer ato administrativo praticado por ela própria ou por seus subordinados. Isso significa que qualquer _____, verificando a irregularidade de algum ato, deve adotar as providências necessárias a impedir que produza seus efeitos. Isso não equivale a reconhecer a competência genérica para desfazimento de atos alheios, a não ser quando exista uma _____ jurídica específica para tanto.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) jurisdicional – juiz – delegação
- B) externo – membro do Tribunal de Contas – delegação
- C) externo – agente administrativo – competência
- D) parlamentar – agente legislativo – delegação
- E) interno – agente administrativo – competência

QUESTÃO 34 – De acordo com Filho (2023), “o controle da atividade administrativa depende de instrumentos jurídicos adequados e satisfatórios. Mas nenhum instituto jurídico formal será satisfatório sem a participação popular. A democracia é a solução mais eficiente para o controle do exercício do poder. A omissão individual em participar dos processos de controle do poder político acarreta a ampliação do arbítrio governamental”. A Lei nº 12.527/2011, destinada a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, facilita aos cidadãos o controle social da Administração Pública. Nos termos da Lei, analise as assertivas abaixo:

- I. Obter informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços, é um dos direitos assegurados pela Lei.
- II. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma sigilosa e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
- III. Obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada, é um dos direitos assegurados pela Lei.
- IV. O acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocado em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
- V. O direito de acesso à informação é dever do Estado e deve ser garantido mediante procedimentos objetivos e burocráticos, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Quais estão corretas?

- A) Apenas IV e V.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) Apenas II, IV e V.

QUESTÃO 35 – Os métodos autocompositivos, tais como a mediação e a conciliação, vêm sendo, nos últimos tempos, bastante estimulados, inclusive pelo próprio Conselho Nacional de Justiça. Alterando legislações anteriores, a Lei nº 13.140/2015 inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao dispor sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Entre as competências das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, está a de avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público.
- B) O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e propondo soluções ao conflito.
- C) A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da Administração Pública interrompe a prescrição.
- D) Entre os princípios que orientam a mediação, estão a oralidade, a formalidade, a confidencialidade e a boa-fé.
- E) Entre as competências das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, está a de dirimir conflitos entre órgãos e servidores públicos.

QUESTÃO 36 – A Lei da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) procurou debilitar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como um dos mais importantes fundos sociais de destinação variada existentes no país. De um lado, alargou o número de parcelas indenizatórias a serem pagas no contrato de trabalho, em contraponto ao robusto complexo salarial inerente a esse contrato (com isso, diminuindo a base de cálculo para os recolhimentos mensais do FGTS); de outro lado, eliminou a vinculação dos depósitos recursais nos processos trabalhistas com as contas vinculadas de FGTS, permitindo que tais depósitos se façam simplesmente em conta vinculada ao juízo (Delgado, 2019). A respeito do FGTS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Constitui parcela obrigatória com relação ao trabalhador avulso, tipo de profissional que labora para seu tomador de serviços, mas sem vínculo empregatício.
- B) Integram a base de cálculo para incidência dos depósitos de FGTS a contribuição do empregador para o vale-transporte e os gastos efetuados com bolsas de aprendizagem.
- C) Na qualidade de agente operador, caberá à Caixa Econômica Federal, entre outras atribuições, centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS.
- D) Constitui parcela voluntária com respeito a um tipo de profissional que não é, tecnicamente, empregado: os diretores de sociedades, sem vínculo empregatício, se tratar-se de diretor dotado dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego – portanto, empregado –, já se encontra, automaticamente, inserido no sistema do FGTS.
- E) Constitui parcela obrigatória para qualquer trabalhador, incluindo os servidores públicos efetivos.

QUESTÃO 37 – Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A assunção dos riscos do empreendimento ou do trabalho consiste na possibilidade de impor a ordem justralhista à exclusiva responsabilidade do empregador, em contraponto aos interesses do contrato pactuado, aos ônus decorrentes de sua atividade empresarial ou até mesmo do contrato empregatício celebrado.
- () A partir da reforma trabalhista criada pela Lei nº 13.467/2017, é lícita a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.
- () A gratificação de natal deve ser paga em duas frações ao obreiro: a primeira, entregue entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, no importe da metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior. Tal adiantamento será pago ainda “ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano”. A segunda parcela da gratificação de natal será quitada até o dia 20 de dezembro do respectivo ano, compensado o adiantamento mencionado anteriormente, efetuando-se o cálculo sobre a remuneração de dezembro (incluída a média de gorjetas, portanto, se for o caso).
- () Na terceirização, compete à contratante: I) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e II) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – F – V.
- C) V – F – V – V.
- D) F – F – V – F.
- E) V – V – F – V.

QUESTÃO 38 – Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.121.633 (Tema 1.046 de Repercussão Geral), consolidou-se o entendimento de que existem limites à negociação coletiva, orientados pela aplicação do princípio da adequação setorial negociada e pela indisponibilidade absoluta de determinados direitos. A prevalência do negociado sobre o legislado e a flexibilização das normas legais trabalhistas ocorre apenas quando não se trata de direitos absolutamente indisponíveis, que estejam ligados à dignidade da pessoa humana, à cidadania, em especial sob o enfoque da sua dimensão social na seara trabalhista, e à valorização mínima de seu trabalho. É possível afirmar que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) menciona direitos que podem ser flexibilizados por meio de negociação coletiva. Entre as alternativas a seguir, qual direito é revestido de indisponibilidade absoluta?

- A) Irredutibilidade do salário.
- B) Jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- C) Duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada.
- D) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- E) Redução dos valores pagos a título de horas extras.

QUESTÃO 39 – A OIT adotou a Convenção nº 87, denominada Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção ao Direito Sindical, que delimitou princípios sobre o direito da livre sindicalização, sem qualquer interferência do Estado. No entanto, a CF/1988 foi concebida com regras incompatíveis com o diploma internacional, contendo, pois, dispositivos claramente obstativos à ratificação da Convenção nº 87 da OIT, tais como a existência de um sindicato único (Art. 8º, II, CF/1988), a contribuição sindical determinada por Lei (artigos 578 e 579, CLT), a imposição da base territorial mínima de um Município (Art. 8º, II, CF/1988) e a divisão por categorias (Art. 511 e §§, CLT). Sobre a liberdade de associação profissional ou sindical no regramento constitucional brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Dispõe a CF/1988 que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei. Registra-se que a contribuição confederativa é obrigatória também aos não filiados ao sindicato respectivo.
- B) É incompatível com a liberdade de associação profissional ou sindical (Art. 8º, caput e inciso V, da CF/1988) a exigência, para o exercício de profissão, de inscrição em órgão de classe ou sindicato.
- C) É pacífica a jurisprudência do STF no sentido de que não implica ofensa ao princípio da unidade sindical a criação de novo sindicato, por desdobramento de sindicato preexistente, para representação de categoria profissional específica, desde que respeitados os requisitos impostos pela legislação trabalhista e atendida a abrangência territorial mínima estabelecida pela CF/1988.
- D) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- E) A estabilidade sindical provisória alcança o servidor público, regido por regime especial, ocupante de cargo em comissão e, concomitantemente, de cargo de direção no sindicato da categoria.

QUESTÃO 40 – A repartição de receitas tributárias foi prevista na CF/1988 como forma de trazer um equilíbrio na distribuição de receitas entre os entes federados, para tornar possível que estes possam cumprir com suas obrigações administrativas. Segundo a CF/1988, será repassada aos entes públicos parte do produto da arrecadação:

- A) Dos Impostos Extraordinários de Guerra.
- B) Da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- C) Do ICMS, quando arrecadado pelo Distrito Federal.
- D) Da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis.
- E) Do Imposto sobre Importação.

QUESTÃO 41 – O aviso prévio indenizado é uma modalidade que permite que o trabalhador finalize seu contrato de trabalho sem completar o período de trabalho restante, porém recebendo um pagamento extra. Sobre essa modalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- B) É uma garantia legal que evita prejuízos para ambas as partes envolvidas com o fim do vínculo de trabalho.
- C) O prazo do aviso prévio é proporcional ao tempo de serviço que o funcionário prestou à empresa.
- D) Trabalhadores demitidos por justa causa também fazem jus ao aviso prévio indenizado.
- E) No aviso prévio indenizado, o funcionário recebe a indenização equivalente e não precisa trabalhar durante o período.

QUESTÃO 42 – A limitação ao poder de tributar prevista na imunidade recíproca entre os entes federados preserva o pacto federativo e contém uma possível escalada das despesas públicas, uma vez que não permite a cobrança de impostos entre as pessoas jurídicas de direito público. Sobre a imunidade tributária recíproca, é correto afirmar que:

- A) A empresa pública não faz jus à imunidade.
- B) Os bens que compõem o patrimônio dos entes da federação, quando utilizados por empresa privada, concessionária de serviços públicos, não são beneficiados pela imunidade.
- C) A sociedade de economia mista que explora atividade econômica e desempenha serviços públicos obrigatórios e em caráter exclusivo do Estado não goza do benefício.
- D) As empresas concessionárias de serviço público gozam de imunidade tributária recíproca, considerando que são delegatárias de serviço essencial, ainda que desempenhem atividades que visam ao lucro.
- E) Abrange exclusivamente os serviços prestados pelo poder público.

QUESTÃO 43 – A contribuição de melhoria é um tributo cobrado para custear despesas decorrentes de realização de obra pública. A respeito dessa espécie tributária, analise as assertivas a seguir:

- I. É um tributo dotado de caráter sinalagmático.
- II. Seu fato gerador é a valorização imobiliária.
- III. O pagamento do tributo só pode ser exigido após a conclusão da obra.
- IV. Só é exigível com a valorização imobiliária.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas I, II e IV.

QUESTÃO 44 – No caso de inventário processado no exterior, o Estado publicou decreto regulando a cobrança de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD). Considerando a organização do Sistema Tributário Nacional, a norma estadual é:

- A) Inconstitucional, pois compete à União arrecadar impostos cujo fato gerador tenha se originado no exterior.
- B) Inconstitucional, pois o ato normativo que previu a cobrança apresenta vício na forma por não se apresentar como lei ordinária.
- C) Inconstitucional, pois cabe à lei complementar nacional determinar a competência para a instituição do ITCMD nos casos regulados pelo decreto estadual.
- D) Constitucional, pois cabe aos estados e ao Distrito Federal exercer a competência legislativa plena.
- E) Inconstitucional, pois o decreto seria de competência da Presidência da República.

QUESTÃO 45 – De acordo com CF/1988, cabe aos Estados a instituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e aos Municípios a criação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Existe a possibilidade de ocorrerem operações mistas, que são aquelas onde há tanto prestação de serviços como o fornecimento de mercadoria. Configura operação mista na qual deve incidir o imposto municipal:

- A) Serviços prestados por operadoras de planos privados de assistência à saúde.
- B) Montagem de pneus em que a própria sociedade empresária fornece os pneus.
- C) Fornecimento de mercadorias produzidas para a construção civil.
- D) Operações de industrialização por beneficiamento de produtos.
- E) Transporte intramunicipal.

QUESTÃO 46 – A Câmara do Município X realizou processo licitatório para a contratação de empresa especializada na realização de consultoria para melhora na estrutura administrativa do órgão. No contrato, foi especificado que o pagamento seria feito considerando o tempo necessário para a realização e a finalização do serviço; sendo assim, o contrato possui valor estimado. Sobre o empenho para pagamento, assinale a alternativa correta.

- A) Não é lícita a realização de despesa sem prévio empenho; logo, o contrato celebrado é nulo.
- B) Deverá ser realizado um empenho global, cujo pagamento integral ocorrerá após a apuração da realização do serviço.
- C) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- D) O valor estimado do contrato deverá ser suficiente para cobrir todos os seus custos.
- E) Não é obrigatório nessa espécie de contrato.

QUESTÃO 47 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Nesse sentido, os Tribunais de Contas são órgãos cuja precípua função é realizar a fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial dos Estados, Municípios e das entidades da administração direta e indireta, quantos aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Sobre os Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- A) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- C) As contas dos Municípios ficarão, durante 90 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- D) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por 11 Conselheiros.
- E) Compete privativamente ao Ministério Público denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União ou do Estado.

QUESTÃO 48 – João é vinculado ao sistema geral de previdência social. Ele pretende fazer seu planejamento previdenciário para ter uma futura velhice tranquila. Então, consulta especialistas em Direito Previdenciário que lhe apresentam alternativas. Nos termos da Lei nº 8.213/1991, é possível que o segurado obtenha previdência complementar facultativa custeada por:

- A) Taxa de serviços.
- B) Tarifa econômica.
- C) Subsídio popular.
- D) Contribuição adicional.
- E) Emenda parlamentar.

QUESTÃO 49 – Os programas de transferência de renda são recursos financeiros transferidos pela União para o cidadão que participa de programas sociais específicos. Considerando os programas de transferência de renda, analise as assertivas abaixo:

- I. São mecanismos para permitir que a seguridade social cumpra suas obrigações nos âmbitos da previdência e da assistência social.
- II. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um programa de transferência de renda de caráter não contributivo destinado a idosos e pessoas deficientes pobres, sendo o seu recebimento condicionado à participação nos programas sociais assistencialistas do Governo Federal.
- III. Os programas de transferência podem gerar efeitos sobre aspectos da economia, como no mercado de trabalho e no nível de consumo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. De acordo com a CF/1988, é correto afirmar que:

- A) Em nenhuma hipótese, a previdência social poderá pagar benefício em valor inferior ao salário mínimo vigente.
- B) O reajuste dos benefícios previdenciários objetiva preservar o valor nominal dos benefícios sempre, conforme critérios definidos em lei.
- C) A universalidade da cobertura no âmbito da previdência social é direcionada aos segurados filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a seus dependentes, pois tem caráter contributivo.
- D) A cobertura e do atendimento da seguridade social abrange apenas a previdência social.
- E) Os benefícios da assistência social se destinam apenas aos segurados.

QUESTÃO 51 – Conforme as disposições da Lei nº 8.213/1999, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias, inclusive em regime especial, e fundações públicas federais é classificado como:

- A) Contribuinte individual.
- B) Trabalhador avulso.
- C) Empregado.
- D) Segurado facultativo.
- E) Não contribuinte.

QUESTÃO 52 – Segurado é a pessoa que forma vínculo com a previdência social, do qual decorre direitos e obrigações. A Lei nº 8.213/1991 dispõe que a qualidade de segurado, em caso de desemprego, independentemente de contribuições, se mantém por até 12 meses após a cessação das contribuições. Ao final desse prazo, caso o segurado tiver pago menos de 120 contribuições mensais, sem interrupção, ele:

- A) Terá o benefício prorrogado por 6 meses a partir do dia seguinte.
- B) Terá o benefício prorrogado por até 24 meses a partir do dia seguinte ao cessamento da contribuição.
- C) Perderá a qualidade de segurado no dia imediatamente subsequente ao último dia do gozo do benefício.
- D) Perderá a qualidade de segurado no dia seguinte ao término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao final do último dia de gozo do benefício.
- E) Perderá a qualidade de segurado após 3 anos.

QUESTÃO 53 – Analise os trechos abaixo:

- “Nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, ou privado de seus bens, ou declarado fora da lei, exilado, ou reduzido em seu status de qualquer outra forma, nem procederemos nem mandaremos proceder contra ele senão mediante um julgamento legal pelos seus pares ou pelo costume da terra”.
- “Ninguém poderá ser processado senão mediante um julgamento regular pelos seus pares ou em harmonia com a lei do País”.

A qual dos princípios processuais os trechos acima estão relacionados?

- A) Contraditório.
- B) Juízo natural.
- C) Publicidade.
- D) Imparcialidade do juízo.
- E) Devido processo legal.

QUESTÃO 54 – Uma das carreiras mais desejadas e cobiçadas no Brasil é a da magistratura. Muitos sonham em ser magistrados ou magistradas não só em razão da boa remuneração e da estabilidade, mas, igualmente, em decorrência do prestígio social e jurídico que juízes e juízas tradicionalmente ostentam. Normativamente, a Constituição Brasileira dispõe sobre o Judiciário, sua composição, distribuição de competência e estrutura organizacional, bem como estabelece normas sobre a magistratura. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O ingresso na carreira da magistratura se dá mediante concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se bacharel em direito com, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
- B) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- C) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- D) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- E) O juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo com autorização do tribunal.

QUESTÃO 55 – O Município de Agrolândia, no Estado de Santa Catarina, editou lei municipal dispendo sobre o concurso público e a carreira da guarda municipal, por meio da qual estabeleceu, entre outras coisas, a proibição da participação de mulheres nos concursos públicos e no quadro pessoal da Guarda Municipal. Diante dessa hipotética situação, assinale a alternativa correspondente ao correto instrumento jurídico para questionar a constitucionalidade da referida legislação.

- A) Mandado de segurança coletivo.
- B) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- C) Reclamação constitucional.
- D) Ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- E) Mandado de injunção.

QUESTÃO 56 – O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. O Senado Federal é composto por representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Os senadores têm mandatos de 6 anos.
- B) Cada senador será eleito com um suplente.
- C) Cada legislatura terá duração de 4 anos.
- D) Cada estado e o Distrito Federal elegerá dois senadores.
- E) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente ao menos 2/3 de seus membros.

QUESTÃO 57 – “Embora as constituições sejam concebidas para durar no tempo, a evolução dos fatos sociais pode reclamar ajustes na vontade expressa no documento do poder constituinte originário. Para prevenir os efeitos nefastos de um engessamento de todo o texto constitucional, o próprio poder constituinte originário prevê a possibilidade de um poder, por ele instituído, vir a alterar a Lei Maior. Evita-se, desse modo, que o poder constituinte originário tenha de se manifestar, às vezes, para mudanças meramente pontuais. Reduzem-se os efeitos nefastos das contínuas rupturas da ordem constitucional. Aceita-se, então, que a Constituição seja alterada, justamente com a finalidade de regenerá-la, conservá-la na sua essência, eliminando as normas que não mais se justificam política, social e juridicamente, aditando outras que revitalizem o texto, para que possa cumprir mais adequadamente a função de conformação da sociedade. As mudanças são previstas e reguladas na própria Constituição que será alterada. O poder de reforma – expressão que inclui tanto o poder de emenda como o poder de revisão do texto (Art. 3º do ADCT) – é, portanto, criado pelo poder constituinte originário, que lhe estabelece o procedimento a ser seguido e limitações a serem observadas. O poder constituinte de reforma, assim, não é inicial, nem incondicionado nem ilimitado. É um poder que não se confunde com o poder originário, estando subordinado a ele” (Mendes; Branco, 2023). Sendo um poder instituído, o poder de reforma está sujeito a limitações de forma e de conteúdo. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A aprovação de emenda à Constituição depende de voto favorável de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação em cada uma.
- B) A apresentação de proposta de Emenda à Constituição deve ser feita por, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- D) É vedado apresentar proposta de emenda à Constituição em certos contextos históricos adversos à livre deliberação dos órgãos constituintes, como intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa.
- E) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

QUESTÃO 58 – O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Santa Catarina (SIMAE/SC) solicitou ao Serasa Experian a inscrição em seus registros do débito de R\$ 759,98, vencido em 01/03/2021, indicando Pedro como devedor. Este, por sua vez, argumentou que nunca teve qualquer relação jurídica com o suposto credor. A partir disso, Pedro ajuizou ação contra o SIMAE/SC, formulando pedidos de declaração de inexistência do débito em questão, cancelamento da referida inscrição e condenação do réu a pagamento de danos morais. Além disso, Pedro requereu a concessão de tutela de urgência para cancelamento imediato da inscrição em questão, que foi liminarmente deferida pelo juiz responsável e cumprida pelo Serasa Experian. Porém, após regular instrução do processo, ficou comprovado que Pedro estava, sim, inadimplente em relação ao débito em questão. Com efeito, o juiz proferiu sentença definitiva, pela qual julgou improcedente os pedidos do autor. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- A) O juiz deve, também, revogar a tutela de urgência liminarmente concedida, fazendo cessar sua eficácia.
- B) Cabe exclusivamente ao Tribunal de Justiça revogar a tutela de urgência liminarmente concedida, fazendo cessar sua eficácia.
- C) Somente deverá ocorrer a revogação da tutela de urgência liminarmente concedida, dois anos após o trânsito em julgado da sentença.
- D) A revogação da tutela de urgência em questão não é cabível, visto que o CPC prevê que apenas as tutelas cautelares são passíveis de revogação.
- E) A revogação da tutela de urgência deverá ocorrer somente se nenhuma das partes interpuser recurso contra a sentença e a secretaria do juízo certificar o trânsito em julgado da decisão de mérito.

QUESTÃO 59 – “[...] o direito subjetivo cujo fato constitutivo é demonstrável em juízo através de prova documental pré-constituída. Em outras palavras, e dadas as limitações probatórias existentes no procedimento especial do mandado de segurança, através deste remédio processual só se pode proteger o direito subjetivo se seu fato constitutivo puder ter sua veracidade demonstrada em juízo através de prova exclusivamente documental e pré-constituída. Havendo necessidade de produção de outras provas além destas, [...] e, por conta disso, não se poderá conceder o mandado de segurança” (Freitas, 2014). O trecho do texto transcrito diz respeito:

- A) Às circunstâncias essenciais para se identificar a autoridade coatora a ser apontada no processo de mandado de segurança.
- B) Ao conceito de direito líquido e certo para fins de cabimento de mandado de segurança.
- C) Aos antecedentes históricos da normatização do mandado de segurança no regime constitucional brasileiro.
- D) Às particularidades da coisa julgada da sentença do mandado de segurança individual.
- E) Às possibilidades de instaurar incidente de suspensão da segurança e a competência para apreciá-lo.

QUESTÃO 60 – De acordo com a norma do Art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Brasileira: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A comprovação da legitimidade para iniciar a ação popular será feita com a juntada do título de eleitor, em caso de brasileiro nato.
- B) Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação popular, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.
- C) A ação popular para pleitear a anulação ou a decretação de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União e do Distrito Federal é imprescritível.
- D) O Ministério Público acompanhará a ação popular, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem.
- E) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

QUESTÃO 61 – “A ação civil pública é o instrumento processual conferido a determinados legitimados para a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Trata-se, pois, de instrumento processual vocacionado a dar curso ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (Art. 5º, XXXV) sempre que a lesão ou a ameaça de lesão estiver voltada para direitos ou interesses metaindividuais. Prevalece na doutrina a compreensão de que as expressões ‘ação civil pública’ (Lei nº 7.347/1985) e ‘ação coletiva’ (Lei nº 8.078/1990) são sinônimas” (Nunes Júnior; Sciorilli, 2021). Em relação à ação civil pública, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A legitimidade ativa para a ação civil pública é extraordinária, na medida em que o autor age em nome próprio, mas visando à tutela de um direito ou interesse metaindividual.
- () A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação ao cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, vedando-se pedido para condenação ao pagamento de quantia em dinheiro ou obrigação de entregar coisa.
- () A sentença da ação civil pública mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- () O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- () Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – V.
- B) F – V – V – F – F.
- C) V – V – F – V – F.
- D) V – F – F – V – V.
- E) V – F – V – V – F.

QUESTÃO 62 – No dia 16/04/2024, terça-feira, Alberto, menor absolutamente incapaz, representado por sua genitora, ajuizou ação de reconhecimento de paternidade e pedido de condenação do réu ao pagamento de pensão alimentícia, em desfavor de Roberto. Na petição inicial, o autor formulou requerimento de tutela provisória, a fim de que o juiz proferisse decisão liminar condenando o réu ao pagamento de alimentos provisórios no valor de R\$ 1.000,00 por mês. Os autos foram imediatamente conclusos, e o juiz responsável deferiu o requerimento de alimentos provisórios em favor do autor, determinando a citação e intimação do réu para cumprir a decisão e comparecer à audiência de mediação, designada para o dia 19/06/2024, quarta-feira, às 14 horas e 50 minutos. No dia 03/05/2024, sexta-feira, o réu foi citado/intimado e procurou um advogado para defendê-lo no processo, inclusive para recorrer ao Tribunal da referida decisão liminar. O advogado consultou o andamento processual no site do Tribunal e verificou que o mandado de citação/intimação do réu foi juntado aos autos do processo no dia 06/05/2024, segunda-feira. Diante dessa hipotética situação, assinale a alternativa correta, de acordo com o CPC/2015.

- A) O prazo para a interposição do recurso cabível começou a fluir para o réu na data de sua citação/intimação.
- B) É necessário aguardar a realização da audiência de mediação, quando se iniciará o cômputo do prazo para interposição do recurso cabível, caso as partes não realizem a autocomposição do litígio.
- C) Se o réu for representado pela Defensoria Pública do Estado, terá prazo em quádruplo para interposição do recurso cabível.
- D) O último dia para interposição do recurso cabível para o Tribunal é 20/05/2024, segunda-feira, considerando inexistir no período qualquer feriado ou recesso forense.
- E) O último dia para interposição do recurso cabível para o Tribunal é 27/05/2024, segunda-feira, considerando inexistir no período qualquer feriado ou recesso forense.

QUESTÃO 63 – O Município de Anchieta, no estado de Santa Catarina, instaurou execução fiscal em desfavor de Carlos Augusto, profissional autônomo, em razão do não recolhimento do Imposto sobre Serviço de qualquer natureza (ISS). A respeito disso, é correto dizer que Carlos Augusto será citado para:

- A) Em 3 dias, pagar a dívida, com os juros e multa de mora, além de encargos; ou opor embargos, no prazo de 15 dias, independentemente de garantia do juízo.
- B) Em 15 dias, pagar a dívida, com os juros e multa de mora, além de encargos. Caso não realize o pagamento no referido prazo, será acrescido à dívida 10% de multa e mais 10% de honorários advocatícios.
- C) Em 5 dias, pagar a dívida, com os juros e multa de mora, além de encargos; ou opor embargos, no prazo de 30 dias, sendo necessário a garantia do juízo.
- D) Em 30 dias, pagar a dívida, com os juros e multa de mora, além de encargos; ou garantir a execução, que poderá ser embargada apenas após ter sido garantida, no prazo de 30 dias.
- E) Em 30 dias, pagar a dívida, com os juros e multa de mora, além de encargos; ou realizar o pagamento parcelado da obrigação, em até 6 vezes, sendo indispensável o depósito de 30%, a título de entrada.

QUESTÃO 64 – A família Chagas Pinheiro é formada por 6 pessoas: Francisco, que nasceu em 18/05/1959; Márcia, que nasceu em 02/02/1968; Pedro, que nasceu em 17/01/1987; Júlia, que nasceu em 07/07/1994; Helena, que nasceu em 17/01/2012; e Ramon, que nasceu em 06/08/2014. Pedro é filho de Francisco e Márcia e é casado com Júlia. Helena e Ramon são filhos de Pedro e Júlia. Diante dessa hipotética situação, analise as assertivas abaixo:

- I. Francisco é considerado pessoa idosa de acordo com o Estatuto do Idoso.
- II. Márcia não é considerada pessoa idosa de acordo com o Estatuto do Idoso.
- III. Helena e Ramon são considerados crianças de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Execução: Fundatec

QUESTÃO 65 – “[...] quando alguém, levado por premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional à prestação oposta. Destarte, o ato jurídico gera uma extrema vantagem para um dos sujeitos, em detrimento do outro. Percebe-se, portanto, existir dois pressupostos: [...] um, de ordem objetiva, consistente na vantagem desproporcional obtida por um dos sujeitos; o outro, de ordem subjetiva, consubstanciado no dolo de aproveitamento do sujeito beneficiado” (Donizetti; Quintella; Donizetti, 2023). De acordo com o Direito Civil vigente, o texto acima se refere ao(à):

- A) Estado de perigo, vício de consentimento, que gera nulidade do negócio jurídico, cujo prazo decadencial para declarar a nulidade do negócio é de 5 anos.
- B) Dolo, vício de consentimento, que gera a anulabilidade do negócio jurídico, cujo prazo prescricional para sua declaração é de 3 anos.
- C) Erro, vício de consentimento, que gera a anulabilidade do negócio jurídico, cujo prazo prescricional para sua declaração é de 10 anos.
- D) Lesão, vício de consentimento, que gera anulabilidade do negócio jurídico, cujo prazo decadencial para sua declaração é de 4 anos.
- E) Coação, vício de consentimento, que gera nulidade do negócio jurídico, sendo imprescritível a ação para declaração de sua nulidade.

QUESTÃO 66 – “Domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde estabelece residência com ânimo definitivo, convertendo-o, em regra, em centro principal de seus negócios jurídicos ou de sua atividade profissional” (Gagliano; Pamplona, 2024). Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código Civil vigente.

- A) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu onde fique por mais tempo.
- B) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- C) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de mudá-lo.
- D) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- E) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

QUESTÃO 67 – De acordo com Vido (2022), “a primeira sociedade anônima do Brasil foi o Banco do Brasil, surgido em 1808, com a vinda da Família Real, por meio de um alvará real concedido pelo príncipe regente D. João VI. Com o Código Comercial de 1850, adotamos o sistema da autorização governamental, mas, a partir de 1882, o sistema adotado passou a ser o da regulamentação, mantendo a autorização para algumas atividades. Atualmente, com a Lei nº 6.404/76, concordamos com Fábio Ulhoa ao entender que se mantém a regulamentação como regra, e a necessidade de autorização para algumas atividades, como para a captação de recursos públicos, a constituição de instituição financeira, entre outras”. Relativamente às sociedades anônimas, analise as assertivas abaixo, de acordo com a Lei nº 6.404/1976:

- I. O capital social de uma sociedade anônima é composto por dinheiro ou qualquer bem suscetível de avaliação em dinheiro.
- II. As ações preferenciais são aquelas que conferem os direitos reservados ao acionista comum, além de conceder a seus titulares o direito de voto.
- III. É vedado a qualquer pessoa jurídica figurar como acionista controladora de sociedade anônima.
- IV. As debêntures são títulos negociáveis que conferem direito de crédito contra a sociedade, nas condições constantes da escritura de emissão ou no certificado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas II e IV.

QUESTÃO 68 – “A intervenção do Judiciário para permitir a recuperação da empresa, evitando sua falência – se possível –, faz-se em reconhecimento da função social que as empresas desempenham. São instituições voltadas para o exercício de atividade econômica organizada, atuando para a produção e circulação de riqueza, pela produção e circulação de bens e/ou pela prestação de serviços. Essa riqueza, por certo, beneficia o empresário e os sócios da sociedade empresária, por meio da distribuição dos lucros. Mas beneficia igualmente todos aqueles que estão direta e indiretamente envolvidos: não só os empregados, mas os fornecedores (e seus empregados, que têm trabalho), os clientes (outras empresas ou consumidores, que têm bens e serviços à sua disposição), o próprio mercado, que ganha com a concorrência entre as diversas empresas, bem como com a complexidade dos produtos – bens e serviços – que o compõem, o Estado, com os impostos, a região em que a empresa atua, com os benefícios decorrentes da circulação de valores etc. O princípio da função social da empresa reflete-se, por certo, no princípio da preservação da empresa, que dele é decorrente; tal princípio compreende a continuidade das atividades de produção de riquezas como um valor que deve ser protegido, sempre que possível, reconhecendo, em oposição, os efeitos deletérios da extinção das atividades empresariais, que não só prejudica o empresário ou sociedade empresária, prejudica todos os demais: trabalhadores, fornecedores, consumidores, parceiros comerciais e o Estado. O exemplo da Riachuelo é apenas um, entre vários. Justamente por isso, o legislador estabeleceu um procedimento especial para a recuperação da empresa” (Mamede, 2024). Em relação à recuperação de empresa, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- () O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 90 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de multa de até 2% sobre o valor da dívida da empresa.
- () A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
- () É vedado às microempresas e às empresas de pequeno porte, conforme definidas em lei, apresentar plano especial de recuperação judicial.
- () É vedado ao juiz decretar a falência da empresa durante o processo de recuperação judicial.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – V.
- B) F – V – V – F – F.
- C) V – V – F – V – F.
- D) V – F – F – V – V.
- E) V – F – V – F – F.

QUESTÃO 69 – De acordo com a norma do Art. 225 da Constituição Brasileira, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Via de consequência, o sistema jurídico brasileiro dispõe sobre a responsabilidade civil, administrativa e criminal daquelas pessoas cujas condutas e atividades resultarem em lesões ao meio ambiente. A propósito desse assunto, assinale a alternativa correta.

- A) A responsabilidade civil por dano ao meio ambiente é subjetiva e fundada na reparação integral do dano.
- B) A responsabilidade criminal por dano ao meio ambiente é subjetiva, motivo pela qual pressupõe comprovação de culpa ou dolo.
- C) A responsabilidade administrativa por dano ao meio ambiente é objetiva, ficando o agente causador obrigado a repará-lo ou indenizá-lo, sem que seja necessária a comprovação de culpa.
- D) O fato exclusivo de terceiro é considerado excludente da responsabilidade civil por dano ao meio ambiente, porque rompe com o nexo causal.
- E) Somente pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por danos ao meio ambiente.

QUESTÃO 70 – “Um dos mais importantes e talvez o mais discutido pela doutrina. Trata-se, na verdade, da tentativa de impor ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar o dano causado. Está presente na Declaração do Rio, de 1992. Busca-se compensar a degradação (chamada por alguns doutrinadores de ‘externalidades negativas’) haja vista o dano ser coletivo e o lucro recebido pelo produtor privado. É uma forma de compensar essa capitalização do lucro e a socialização do dano. O poluidor deve arcar com todos os ônus de seus atos, com o custo da produção. O fundamento do princípio, portanto, é afastar o ônus do custo econômico de toda a coletividade e repassá-lo ao particular que, de alguma forma, retira proveito do dano e das implicações que o meio ambiente sofrerá com o seu empreendimento. [...] Em razão da limitação dos recursos naturais, entende-se que o mercado deve suportar o encargo, principalmente às custas de quem auferir mais lucros com a exploração da natureza” (Trennepohl, 2024). O princípio do Direito Ambiental ao qual o trecho se refere é o princípio do(a):

- A) Precaução e da prevenção.
- B) Limite.
- C) Poluidor-pagador.
- D) Equilíbrio.
- E) Desenvolvimento sustentável.

QUESTÃO 71 – A Lei Federal nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nas infrações penais previstas na Lei nº 9.605/1998, a ação penal é de iniciativa pública incondicionada.
- B) Considera-se crime contra a fauna matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente ou em desacordo com a obtida. Pena: detenção de 6 meses a 1 ano e multa.
- C) Considera-se crime contra a fauna exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.
- D) A prestação de serviços à comunidade baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado à sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- E) Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

QUESTÃO 72 – “O Poder Executivo constitui órgão constitucional cuja função precípua é a prática dos atos de chefia de estado, de governo e de administração. A Chefia do Poder Executivo foi confiada pela Constituição Federal ao Presidente da República, a quem compete seu exercício, auxiliado pelos Ministros de Estado, compreendendo, ainda, o braço civil da administração (burocracia) e o militar (Forças Armadas), consagrado mais uma vez o presidencialismo, concentrando na figura de uma única pessoa a chefia dos negócios do Estado e do Governo” (Moraes, 2023). Diante disso, a respeito das atribuições e das responsabilidades do Presidente da República, é correto afirmar que:

- A) Durante a vigência do seu mandato, o Presidente da República pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- B) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
- C) Compete ao Presidente da República expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- D) Compete ao Presidente da República opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
- E) É crime de responsabilidade os atos do Presidente que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

QUESTÃO 73 – “A lesão do direito é aquele momento em que o direito subjetivo vem a ser negado pelo não cumprimento do dever jurídico que a ele corresponde. Sabe-se que da lesão nascem dois efeitos: em primeiro lugar, um novo dever jurídico, que é a responsabilidade, o dever de ressarcir o dano e, em segundo, a pretensão, o direito de invocar a tutela do Estado para corrigir a lesão do direito. Não surge o problema da prescrição enquanto não há lesão do direito. No momento em que surge tal lesão e com ela sua primeira consequência, que é o dever de ressarcir o dano, aí é que se coloca, pela primeira vez, o problema da prescrição [...]. Se o tempo decorrer longamente, sem que o dever secundário, a responsabilidade seja cumprida, então não será mais possível invocar a proteção do Estado, porque a lesão do direito estaria curada. A prescrição nada mais é do que a convalescença da lesão do direito pelo não exercício da pretensão” (Dantas, 1977). Assinale a alternativa correta a respeito da prescrição e da decadência no Código de Defesa do Consumidor.

- A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 dias tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis.
- B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 dias tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- C) A fluência do prazo decadencial se inicia a partir da compra do produto ou do término da execução dos serviços.
- D) Prescreve em 3 anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- E) Em se tratando de pretensão indenizatória regida pelo Código de Defesa do Consumidor, o prazo de prescrição não é impedido, interrompido ou suspenso.

QUESTÃO 74 – “Princípio cujo conteúdo normativo se traduz na ideia de que a proteção social deve abranger todos os riscos sociais que possam gerar o estado de necessidade. Entendendo-se por riscos sociais os infortúnios da vida (doenças, acidentes, velhice, invalidez etc.), aos quais qualquer pessoa está sujeita. Com isso, a Seguridade Social tornar-se-ia acessível a todas as pessoas residentes no país, inclusive estrangeiras. Com relação à saúde, esse princípio é aplicado sem nenhuma restrição. No tocante à assistência social, será aplicado para todas aquelas pessoas que necessitem de suas prestações. E no tocante à Previdência Social, por ter caráter contributivo, todos, desde que contribuam para o sistema, podem participar. Para atender a esse princípio constitucional, foi criada, no Regime Geral de Previdência Social, a figura do segurado facultativo. Assim, todos, mesmo que não exerçam atividade remunerada, têm a cobertura previdenciária; para tanto, é necessário contribuir para o sistema previdenciário” (Goes, 2022). O trecho diz respeito ao princípio da:

- A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- B) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- C) Equidade na forma de participação do custeio.
- D) Diversidade da base de financiamento.
- E) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais.

QUESTÃO 75 – “Originalmente, concebia-se a cláusula penal como uma punição do sujeito que deu causa à inexecução, daí o adjetivo penal. Todavia, o conceito evoluiu e, hoje, pode-se dizer que a principal função da cláusula penal é o reforço do vínculo obrigacional, vez que a confiança entre os sujeitos supostamente aumenta se há uma obrigação acessória que será exigível na hipótese de inexecução. Como função secundária surge a estipulação prévia das perdas e danos” (Donizetti *et al.*, 2023). Assinale a alternativa INCORRETA sobre a cláusula penal, de acordo com o Código Civil.

- A) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- B) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- C) É vedado ao juiz reduzir a penalidade convencionada pelas partes, prevalecendo em todos os casos a autonomia privadas dos contratantes.
- D) Quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- E) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.